DINÂMICA MIGRATÓRIA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE SÃO JOÃO DEL-REI: os fluxos e a organização do espaço regional*

Migratory Dynamics in the Region of Influence of São João del-Rei: regional space flows and organization

Dinámica Migratoria en la Región de Influencia de São João del-Rei: los flujos y la organización del espacio regional

*Carlos Lobo***
*Jadna Téssia****

RESUMO

Desde finais da década de 1970, acumulam-se evidências acerca da redução do peso relativo das principais metrópoles brasileiras, simultaneamente à intensificação nos fluxos de emigrantes com destino aos demais núcleos urbanos do País. Ainda que Belo Horizonte tivesse mantido sua prevalência regional e continuado a atrair expressivos contingentes de população, procedentes principalmente do interior do Estado, há fortes sinais de dispersão espacial da população e das atividades econômicas para o interior de Minas Gerais, fortalecendo alguns centros regionais. Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica migratória na região de influência de São João del-Rei, bem como indicar as possíveis relações com a reestruturação do espaço regional e o papel de centralidade exercido por São João del-Rei. Com esse propósito foram utilizadas as bases referentes aos microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, para identificar os principais fluxos intermunicipais utilizando a variável de migração de data fixa. A região de influência de São João del-Rei, apesar de sua pouca expressividade em termos de estoques de população, tem sido marcada pela intensificação dos fluxos migratórios intrarregionais. Ainda que os nexos com as demais regiões do Estado não tenham sido ampliados, as trocas de população entre os municípios da própria região de influência têm consolidado o papel de São João del-Rei como polo regional.

Palavras-chave: Migrações. Região de Influência. São João del-Rei.

* Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realizado de 10 a 12 de outubro de 2011, em Curitiba. Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa de iniciação científica "Movimentos migratórios e a mobilidade pendular da população na Região de Influência de São João del-Rei/MG, desenvolvido na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

** Professor adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: cfflobo@yahoo.com.br

*** Graduanda em Geografia na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Bolsista de Iniciação Científica/PIBIC/FAPEMIG. E-mail: jadnatessia@gmail.com

Artigo recebido em dez./2011 e aceito para publicação em jan./2012.

ABSTRACT

Since the late 1970s, there are evidences of reduction in the relative weight of the main Brazilian cities. It has simultaneously occurred with the intensification of emigrant flows to other urban nucleuses in the country. Although Belo Horizonte had maintained its regional prevalence and continued to attract significant contingent of people, who came mainly from within Minas Gerais state, there are strong signs of demographic and economic dispersion to the interior, strengthening some regional centers. This article aims to analyze the migratory dynamic in the Region of Influence of São João del-Rei*, as well as indicate its possible relation with the restructuration of the regional space and the central role played by the city. To this purpose we used the 1991 and 2000 demographic censuses microdata, in order to identify the main intercity flows - using the fixed date migration variable. The Region of Influence of* São João del-Rei*, despite its small stock of population, has been marked by the intensification of interregional migration flows. Although the links with other regions of the state have not been widened, the population exchanges between the cities within the Region of Influence have consolidated the role of* São João del-Rei *as a regional pole.*

Keywords: Migration. Region of Influence. São João del-Rei.

RESUMEN

Desde fines de los años 70, se acumulan evidencias acerca de la reducción del peso relativo de las principales metrópolis brasileñas, simultáneamente a la intensificación en los flujos de emigrantes con destino a los demás núcleos urbanos del país. Aunque Belo Horizonte hubiese mantenido su prevalencia regional y continuado a atraer expresivos contingentes de población, procedentes principalmente del interior del estado, hay fuertes señales de dispersión espacial de la población y de las actividades económicas para el interior de Minas Gerais, fortaleciendo algunos centros regionales. Ese artículo tiene como objetivo analizar la dinámica migratoria en la región de influencia de São João del-Rei, bien como indicar las posibles relaciones con la reestructuración del espacio regional y papel de centralidad ejercido por São João del-Rei. Con ese propósito fueron utilizadas las bases referentes a los microdatos de los Censos Demográficos de 1991 y 2000, para identificar los principales flujos intermunicipales utilizando la variable de migración de fecha fija. La región de influencia de São João del-Rei, a pesar de su poca expresividad en términos de estoques de población, ha sido marcada por la intensificación de los flujos migratorios intrarregionales. Aunque los nexos con las demás regiones del estado no hayan sido ampliados, los cambios de población entre los municipios de la propia región de influencia han consolidado el papel de São João del-Rei como polo regional.

Palabras clave: Migraciones. Región de Influencia. São João del-Rei.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a mobilidade espacial da população, de acordo com Pacheco e Patarra (1998), passou por uma significativa alteração a partir da análise da realidade dos países de industrialização tardia. Vários trabalhos procuraram aprofundar o estudo dos mecanismos e processos globais das sociedades desenvolvidas. A dinâmica de acumulação de capital, a herança histórica e a estrutura social foram consideradas chaves à mobilidade da população e da força de trabalho para a indústria em expansão ou como resposta às situações de estagnação frente à concentração crescente dos polos dinâmicos. Para Singer (1973), a migração, entendida como uma forma clássica de deslocamento espacial da população, é um reflexo direto da estrutura e dos mecanismos de desenvolvimento do sistema capitalista, cujo motor principal é o acirramento das desigualdades regionais. Para esse autor,

> É claro que qualquer processo de industrialização implica uma ampla transferência de atividades (e, portanto, de pessoas) do campo às cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a se dar a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais. Tais desequilíbrios regionais são bem conhecidos e se agravam na medida em que as decisões locacionais são tomadas tendo por critério apenas a perspectiva da empresa privada (SINGER, 1973, p.222).

Ao analisar a migração, Singer identifica os chamados "fatores de atração" e os "fatores de expulsão". Os primeiros referem-se à necessidade de mão de obra decorrente do crescimento da produção industrial e da expansão do setor de serviços urbanos, que funcionam como forças de concentração espacial. Os fatores de expulsão podem ser divididos em: "fatores de mudança", decorrentes da penetração do capitalismo no campo e da adoção de um sistema poupador de mão de obra; e "fatores de estagnação", associados à pressão demográfica sobre a disponibilidade de terras. Para Singer, a distinção entre áreas de emigração (sujeitas aos fatores de mudança) e de estagnação permite visualizar melhor suas consequências. As regiões de mudança perdem população, mas a produtividade aumenta, o que permite, pelo menos em princípio, uma melhora nas condições de vida locais. Já as áreas de estagnação apresentam deterioração da qualidade de vida, funcionando, às vezes, como "viveiros de mão de obra" para os latifundiários e as grandes empresas agrícolas.

Nessa mesma perspectiva estruturalista há, tanto na economia como na demografia, vários autores que expressam a migração como mobilidade espacial, estreitamente vinculada à criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho do país. O desenvolvimento desigual do sistema capitalista faz com que a população se distribua seguindo a mesma lógica de intensificação dos espaços econômicos, formando grandes reservatórios de mão de obra. Apesar de seu mérito, boa parte dessas teses não responde integralmente às questões mais dinâmicas e específicas da migração e dos deslocamentos da força de trabalho, não vinculadas apenas às necessidades estruturais do sistema capitalista. Além disso, tais formulações, em geral, ignoram as vantagens comparativas e as potencialidades externas que têm transformado

os espaços de destino. Poucos avaliam o peso dos deslocamentos de origem urbana, e quase nunca consideram o movimento de retorno (MATOS, 1995b). Também investem de modo insuficiente no entendimento dos efeitos positivos que a chegada de população pode gerar na dinamização das regiões de destino, no que diz respeito à oferta de mão de obra qualificada e a certas possibilidades de novos investimentos e de intercâmbio técnico, por exemplo. Nesse sentido, mais que um indicador de concentração ou dispersão das atividades econômicas, os movimentos espaciais da população e da força de trabalho refletem processos sociais mais amplos, cujas causas e consequências vão além dos aspectos estruturais da economia.

Se o modo como são organizados os elementos do espaço pode ser visto como um resultado histórico da atuação dos atores sociais, os fluxos de informação, capitais e pessoas, por exemplo, permitem e alimentam o dinamismo das formas e funções dos aspectos que compõem e caracterizam o espaço. Para Santos (1996), a necessidade de fluidez é uma das mais importantes características do mundo atual. Essa condição é particularmente relevante aos estudos regionais sobre a mobilidade da população. Os fluxos migratórios e os deslocamentos espaciais da força de trabalho são fenômenos que se manifestam e se materializam no espaço, dando dinamismo à organização regional. A mobilidade da mão de obra não deve, dessa forma, ser considerada apenas como resultado de uma realidade social e/ou condição econômica momentânea, mas também como causa para outros fluxos, como investimento, tecnologia, experiência profissional, etc., os quais possuem suas manifestações espaciais próprias. Se a análise dos movimentos migratórios é recorrente na ciência demográfica, são escassos os trabalhos que se dedicam aos deslocamentos espaciais da força de trabalho brasileira, sobretudo por sua manifestação no âmbito regional.

As últimas três décadas do século passado são centrais na análise da dinâmica demográfica brasileira. Se a progressiva queda nas taxas de fecundidade foi responsável direta pela forte desaceleração no ritmo de crescimento demográfico do país, as migrações internas foram fundamentais no processo de redistribuição espacial da população. A partir da década de 1970, acumulam-se evidências acerca da redução do peso relativo das metrópoles. Mesmo que as metrópoles e suas regiões de influência continuem atraindo expressivos contingentes, a intensificação nos fluxos de emigrantes tem refletido diretamente o crescimento demográfico de vários núcleos urbanos fora das principais regiões metropolitanas brasileiras, tornando mais densa a rede de cidades em cada uma de suas regiões de influência. No caso mineiro, as migrações e os deslocamentos espaciais da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte assumiram um papel especialmente relevante. Ainda que Belo Horizonte tivesse mantido sua prevalência regional e continuado a atrair expressivos contingentes de população, procedentes principalmente do interior do Estado,[1] há fortes sinais de dispersão espacial

[1] Matos (1995a) acredita que se acumularam evidências de um considerável aumento do número de emigrantes procedentes de Belo Horizonte residentes no interior do Estado. Boa parte dos principais municípios de Minas Gerais passou a exibir, com base nos dados relativos à migração de data fixa (1995/2000), saldos positivos em relação ao núcleo metropolitano.

da população e das atividades econômicas. Como demonstraram Matos (1995a), Brito (1997), Lobo e Mattos (2011), por exemplo, mesmo que essa dispersão tenha se manifestado inicialmente pelo crescimento da emigração em direção à periferia imediata, as evidências observadas nas últimas décadas sugerem sua extensão para o interior de Minas Gerais, fortalecendo alguns centros regionais.

Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica migratória na região de influência de São João del-Rei, bem como indicar as possíveis relações com a reestruturação do espaço regional e o papel de centralidade exercido pela cidade. Com esse propósito, foram utilizadas as bases referentes aos microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, para identificar os principais fluxos intermunicipais utilizando a variável de migração de data fixa.[2] Alguns aspectos devem necessariamente ser enfrentados no decorrer da análise e interpretação dos resultados obtidos, conforme o objetivo proposto, tais como: tem havido um crescimento dos fluxos de imigrantes para a região de influência de São João del-Rei? Quais são as origens regionais dessas correntes migratórias? Esses migrantes que se deslocaram no interior da própria região têm se encaminhado preferencialmente para o município de São João del-Rei? Há, dessa forma, uma ampliação do poder de atração intrarregional de São João del-Rei? Outros municípios têm ampliado sua participação como centro de imigração na região? Investir em possíveis respostas a essas questões pode trazer importantes evidências úteis à elaboração de políticas públicas mais eficientes e eficazes, capazes de reduzir os efeitos negativos causados pelos persistentes desequilíbrios regionais, tão comuns no país. Atualmente, essas questões ganham relevância no caso da região de São João del-Rei, tendo em vista a expressiva ampliação da Universidade Federal de São João del-Rei, que tem atraído um crescente volume de imigrantes procedentes de diversas regiões de Minas Gerais e do Brasil.

1 AS DEFINIÇÕES DE MIGRANTE: POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DAS BASES CENSITÁRIAS

Em uma primeira aproximação, o migrante pode ser definido como aquele indivíduo que mudou permanentemente de local de residência. Essa aparente simplicidade guarda, porém, uma série de questões que envolvem desde a definição do intervalo ou pontos no tempo, até mesmo a unidade espacial de análise. Ademais, determinadas características adicionais, quando combinadas a determinadas variáveis, podem ser obtidas direta ou indiretamente pela análise dos movimentos migratórios, como as etapas de migração, o tempo de residência e o retorno migratório. Lee (1980), ao considerar a migração como uma mudança de residência, não impõe limitações em relação à distância do deslocamento ou à natureza, voluntária ou não, do ato.

[2] Conforme Carvalho e Rigotti (1998), o migrante de data fixa é definido como a pessoa que residia, no início e ao final do quinquênio considerado, em locais diferentes. No Censo de 2000, essas datas referem-se a 1995 e 2000. No projeto de pesquisa de que este texto resulta, foi proposta a utilização das bases referentes ao Censo de 2010, ainda não disponibilizadas pelo IBGE.

Na definição apresentada pela ONU, em *The Determinants*, publicado em 1973, são excluídos os movimentos cujos indivíduos não se estabelecem permanentemente no local de destino, bem como aqueles que envolvem os movimentos sazonais, os temporários e as populações nômades.

No Brasil, os Censos Demográficos, historicamente, já se afirmaram como instrumento essencial nos estudos populacionais, inclusive como fonte de dados para as estimativas de migração. A partir dos levantamentos censitários, entre outras informações, é possível estimar, com relativa segurança, os estoques populacionais, bem como os fluxos migratórios entre as unidades espaciais definidas. Em geral, a partir de combinações entre as variáreis censitárias, têm sido enfatizados os movimentos de população na década intercensitária, a partir dos quais é possível estabelecer as origens e os destinos dos fluxos migratórios.

No que diz respeito às informações sobre os fluxos migratórios, os quesitos censitários sofreram alterações nas sucessivas edições do Censo Demográfico brasileiro. Nos Censos de 1960 e 1970, como destacado em Carvalho e Rigotti (1998), as questões sobre migração eram direcionadas apenas àqueles que não haviam nascido no município de residência na data de referência do Censo (os não naturais). Os quesitos envolviam o tempo de residência sem interrupção na unidade da federação (UF) e no município, lugar de procedência (UF ou país estrangeiro) e situação de domicílio (rural ou urbano). No Censo de 1980, além da migração intermunicipal, também foi requisitada a intramunicipal, sem se inquirir sobre o tempo em que se deu o evento. Outra destacada novidade refere-se à indicação do município de residência anterior por parte daqueles com menos de 10 anos de residência no município atual, o que permitia, entre outros aspectos, a identificação do movimento de retorno.

Em 1991, além da manutenção dos quesitos anteriores, inquiriu-se, sobre o município, a UF e a condição de residência de cinco anos atrás (em 1/9/1986). Essa inovação passou a ser consagrada como migração de data fixa. A combinação dessa variável com a migração de última etapa (município de residência anterior) permitia a identificação de mais um ponto no tempo na trajetória migratória circunscrita à década censitária. No Censo Demográfico de 2000, a retirada da variável referente ao município de residência anterior foi a mais significativa alteração. Várias possibilidades analíticas, através da combinação das variáveis, foram perdidas em função dessa mudança. No entanto, ainda há inúmeras alternativas na utilização das variáveis censitárias. Adaptações metodológicas permitem, sem comprometimento da qualidade e confiabilidade dos dados, a elaboração de um amplo leque de indicadores relativos aos estudos de migração (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).[3]

[3] Em 2010, uma importante novidade do Censo Demográfico foi a reinserção da variável de migração de última etapa, mantendo o quesito referente à migração de data fixa. Trata-se de uma variável fundamental à análise dos fluxos migratórios intermunicipais da década.

2 A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE SÃO JOÃO DEL-REI

2.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA

Com a descoberta do ouro por Tomé Portes del-Rei nas proximidades da região do Porto Real da Passagem, hoje Santa Cruz de Minas, ergueu-se o arraial de Santo Antonio (17/2/1703), também denominado Arraial Velho e posteriormente Vila de São José del-Rei – atualmente Cidade de Tiradentes. Em 1704, novas jazidas de ouro foram encontradas na região e as terras foram repartidas para exploração pelo então guarda-mor da região, Antonio Garcia da Cunha, dando origem ao arraial novo do Pilar, mais tarde denominado vila de São João del-Rei (atualmente cidade de São João del-Rei). Nos anos que sucederam a descoberta de ouro na região, vários arraiais foram formados em consequência da exploração desse mineral, como o Arraial de Prados, em 1704 (cidade de Prados), o Arraial do Ribeiro Fundo (cidade de Nazareno), Nossa Senhora de Conceição da Barra (Conceição da Barra de Minas), Lagoa Dourada, entre outros. Em meados do século XVIII, foram fundados os arraiais de São Tiago, Madre de Deus do Rio Grande (Madre de Deus de Minas), Piedade do Rio Grande e Arraial da Laje (Cidade de Resende Costa).

São João del-Rei, desde seu início, assumira uma vocação econômica essencialmente agrícola, tendo em vista a necessidade de suprir a demanda da população da própria cidade e da região. Para Guimarães Filho e Leal (2008), os produtos agrícolas "valiam mais que o próprio ouro", o preço dos víveres eram tabelados e o direito de produção de carne ficava no poder de apenas uma pessoa, que comercializava para toda a região. Ao final do século XIX, expressiva leva de imigrantes italianos fixou-se na região, trazendo progresso com a construção da estrada de ferro Oeste de Minas (1878-1881). Esses migrantes dedicavam-se exclusivamente à agricultura e formaram as colônias do Marçal, Recondego e Felizardo. Mais tarde, um grupo de imigrantes sírios fixou-se na cidade, dedicando-se, sobretudo, ao comércio local (IBGE, 2011). Dessa forma, o desenvolvimento econômico de São João del-Rei, no século XIX, deu-se graças ao forte comércio que se consolidou na região. Ao fim do século, instalou-se na cidade a companhia industrial São Joanense de Fiação e Tecelagem, impulsionando a economia local, o que ocasionou a indicação da cidade para sediar a capital do Estado de Minas gerais. Em uma primeira discussão, São João del-Rei foi escolhida como capital do Estado, mas as cidades de Barbacena e Belo Horizonte também foram indicadas. Em dezembro de 1893, com a escolha de Belo Horizonte como capital mineira, a importância política e econômica de São João del-Rei diminuiu gradativamente, mantendo-se, contudo, sua relevância e influência no contexto regional.

2.2 O RECORTE REGIONAL UTILIZADO

Os primeiros estudos de centralidade e hierarquia da rede urbana brasileira, realizados pelo IBGE ao final da década de 1960, integraram a elaboração da nova divisão regional do Brasil. Esse projeto resultou, além da divisão do Brasil em microrregiões homogêneas em 1968, publicada em 1970, na divisão do Brasil em

regiões funcionais urbanas, publicada em 1972.[4] A pesquisa da rede urbana foi retomada em 1978, e seus resultados publicados como regiões de influência das cidades, em 1987. Esse novo estudo tomou como base conceitual a teoria das localidades centrais, centros urbanos cuja centralidade decorre do papel de distribuição de bens e serviços para a população (IBGE, 2008). De acordo com o IBGE, a delimitação das regiões de influência das cidades dá continuidade à tradição de estudar a rede urbana brasileira e visa construir um quadro nacional, apontando as permanências e as modificações registradas.

A atualização proposta, realizada em 2007 e divulgada em 2008, retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos realizados pelo IBGE, que resultaram na divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Nessa perspectiva, em um primeiro momento, foi estabelecida uma classificação hierárquica dos centros e, em seguida, delimitadas suas áreas de atuação, denominadas Regiões de Influência (REGICs). Na atual versão, como indicado nesse mesmo estudo, foi privilegiada a função de gestão do território, como definido por Corrêa (1995). Para esse autor, o centro de gestão do território

> é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas (CORRÊA, 1995, p.83).

De modo simplificado, a classificação de hierarquia na rede de cidades privilegiou dois níveis de centralidade: a gestão federal, avaliada a partir da existência de órgãos dos poderes Executivo e Judiciário federal; e a gestão empresarial, que se refere à presença de diferentes equipamentos e serviços (comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior, saúde, internet, redes de televisão abertas e conexões aéreas). Classificados em seis níveis de hierarquia, conforme sua posição no âmbito da gestão federal e empresarial, integram o conjunto final das regiões de influência no território nacional um total de 711 centros de gestão. A intensidade das ligações entre as cidades permitiu estabelecer suas áreas de influência e a articulação das redes de cidades. Para investigar a articulação dos centros de gestão, além dos eixos de gestão pública e de gestão empresarial, também foram considerados os serviços de saúde.

[4] No Brasil, as propostas de regionalização se consolidaram a partir do início do século passado, tendo como referência o conceito de Região Natural (MAGNAGO, 1995), o que culminou com a primeira proposta de divisão regional divulgada pelo IBGE em 1940, seguindo o critério de diferenciação de áreas (DUARTE, 1980). Revisão conceitual no início da década de 1960 alimentou a utilização do conceito de Região Geográfica, o que representou o reconhecimento do caráter dinâmico da região, tendo em vista a necessária e recorrente ação antrópica sobre o ambiente. Tratava-se de uma metodologia marcada por sucessivas fragmentações e identificação de elementos-chave ao estabelecimento de recortes regionais. Essa proposta levou à difusão dos conceitos de Região Homogênea e Região Polarizada, resultado direto da influência de autores como Cristaller, Perroux e Boudeville. A partir da década de 1970, os trabalhos sobre regionalização têm novas formulações metodológicas, centradas em metodologias de classificação de áreas, com forte apelo técnico e a formulação de modelos e padrões de localização espacial.

As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e informações obtidas por questionário específico da pesquisa, que permitiram identificar doze redes de primeiro nível. As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis de hierarquia:

> (1) METRÓPOLES – são os 12 principais centros urbanos do país, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. Esse nível foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações: 1.a - Grande metrópole nacional – São Paulo; 1.b - Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília; e 1.c - Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. (2) CAPITAL REGIONAL – integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. (3) CENTRO SUB-REGIONAL – integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, dominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. (4) CENTRO DE ZONA – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. (5) CENTRO LOCAL – as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes).

Em termos de hierarquização, São João del-Rei foi classificada como centro sub-regional B,[5] que integra a região de influência de Belo Horizonte (metrópole). A região de influência de São João del-Rei, definida pelo IBGE (2008), que compreende o recorte espacial de análise dessa pesquisa, envolve um total de 13 municípios, conforme divisão político-administrativa de 2007: São Vicente de Minas, Nazareno, Conceição da Barra de Minas, Madre de Deus de Minas, Piedade do Rio Grande, Prados, Coronel Xavier Chaves, Ritápolis, São Tiago, Tiradentes, Resende Costa, Lagoa Dourada e Santa Cruz de Minas (figura 1).

Essa atualização trazida pela REGIC 2007, ainda que possa suscitar ressalvas metodológicas e apresentar limitações de análise, oferece um retrato aproximado das relações de interdependência que se estabelecem no espaço, onde os fluxos da força de trabalho assumem um papel especialmente relevante. Tomando o município

[5] De acordo com o IBGE (2008), os centros sub-regionais integram 169 centros com atividades de gestão menos complexas, dominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul e mais esparsa nos espaços menos povoados das regiões Norte e Centro-Oeste, estão também subdivididos em dois grupos: Centro sub-regional A – constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos, e Centro sub-regional B – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.

como unidade espacial mínima de análise, de acordo com a divisão político-administrativa em cada período, os subsequentes recortes espaciais (agregações) permitem identificar as entradas e saídas de migrantes nos diferentes níveis hierárquicos: Centro sub-regional B (São João del-Rei) e Centros locais (demais municípios). Esses fluxos espaciais de população, dispostos em matrizes de origem e destino, podem ser extraídos dos microdados dos Censos Demográficos.

FIGURA 1- REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE SÃO JOÃO DEL-REI, SEGUNDO REGIC 2007

FONTE: Adaptado de IBGE (2008)

3 POPULAÇÃO E FLUXOS MIGRATÓRIOS NA REGIÃO: algumas evidências empíricas

Os municípios que integram a região de influência de São João del-Rei, incluindo o próprio polo regional, apresentam estoques pouco expressivos de população residente. O conjunto de municípios concentrava um total de 167.016 habitantes em 2000 (tabela 1), o que correspondia a pouco menos de 1% da população do Estado de Minas Gerais. Em 2000, além de São João del-Rei, apenas os municípios de Lagoa Dourada, Resende Costa e São Tiago apresentavam população total superior a 10 mil habitantes. Outro aspecto importante refere-se à redução do peso relativo da participação da população residente em São João del-Rei em sua região de influência. Em 1950, 53,30% da população da região residia no polo regional. Essa proporção foi reduzida para pouco mais de 47% em 2000.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE SÃO JOÃO DEL-REI - 1950/2010

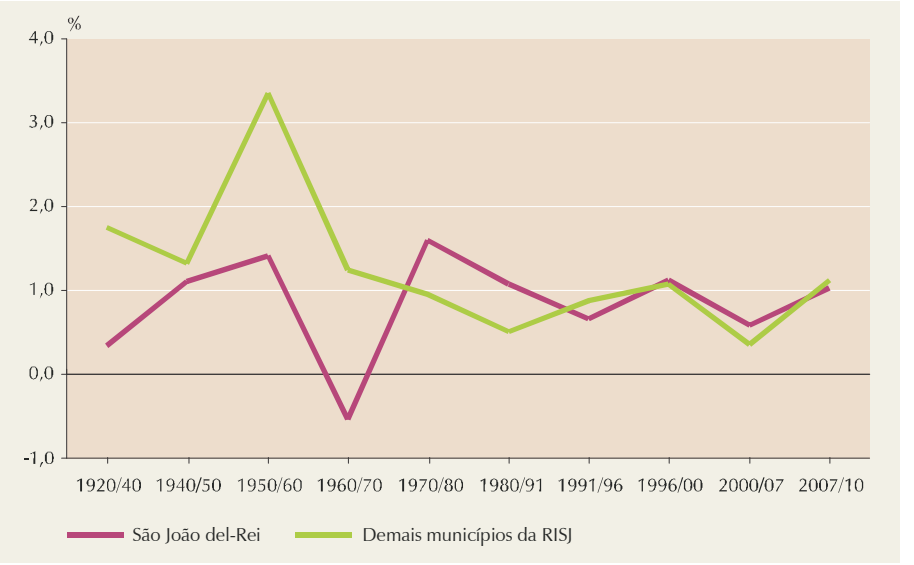
MUNICÍPIO	1950		1960		1970		1980		1991		2000	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Coronel Xavier Chaves	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	2.879	2,30	3.278	2,32	2.988	1,94	3.185	1,91
Conceição da Barra de Minas	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	3.937	3,15	3.374	2,39	3.898	2,53	4.021	2,41
Lagoa Dourada	8.461	8,91	9.118	7,60	7.541	6,03	8.733	6,18	10.118	6,58	11.486	6,88
Madre de Deus de Minas	-(1)	-(1)	3.762	3,14	3.946	3,16	6.474	4,58	3.971	2,58	4.734	2,83
Nazareno	-(1)	-(1)	4.671	3,89	4.591	3,67	6.048	4,28	6.921	4,50	7.240	4,33
Prados	8.829	9,30	9.232	7,70	6.514	5,21	7.078	5,01	7.371	4,79	7.703	4,61
Resende Costa	7.871	8,29	8.733	7,28	8.686	6,95	8.539	6,04	9.706	6,31	10.336	6,19
Ritápolis	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	5.656	4,53	5.806	4,11	5.753	3,74	5.423	3,25
Santa Cruz de Minas	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	-(1)	7.042	4,22
São Tiago	7.936	8,36	9.025	7,52	9.400	7,52	8.967	6,34	9.642	6,27	10.245	6,13
São Vicente de Minas	7.528	7,93	5.401	4,50	5.545	4,44	5.569	3,94	5.407	3,52	6.163	3,69
Tiradentes	3.727	3,92	4.663	3,89	5.518	4,42	7.644	5,41	10.236	6,66	5.759	3,45
Piedade do Rio Grande	-(1)	-(1)	7.063	5,89	5.540	4,43	5.202	3,68	5.035	3,27	5.063	3,03
Total Sub-regional	44.352	46,70	61.668	51,41	69.753	55,81	76.712	54,25	81.046	52,70	88.400	52,93
São João del-Rei	50.621	53,30	58.290	48,59	55.230	44,19	64.691	45,75	72.747	47,30	78.616	47,07
TOTAL	94.973	100,00	119.958	100,00	124.983	100,00	141.403	100,00	153.793	100,00	167.016	100,00

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra)
(1) Município criado após o período.

No que se refere ao ritmo de crescimento demográfico, São João del-Rei, bem como sua região de influência, apresentaram comportamento semelhante àquele verificado para boa parte dos municípios brasileiros ao longo do século passado. Como pode ser observado no gráfico 1, os maiores níveis de crescimento demográfico ocorreram até a década de 1960, sobretudo no decênio 1950/60. Nesse período, para o agregado dos demais municípios da RISJ, a taxa geométrica de crescimento médio atingiu o patamar de 3,35% a.a. (passou de um total de pouco mais de 27 mil para mais de 61 mil habitantes). São João del-Rei também apresentou o pico de crescimento na década 1950/60, mas o valor atingiu apenas 1,42% a.a. Nas décadas seguintes, as taxas de crescimento oscilavam em torno de 1% a.a.[6]

[6] O crescimento demográfico negativo do município de São João del-Rei, no decênio 1960/70, foi resultado direto das emancipações dos municípios de Coronel Xavier Chaves e Conceição da Barra de Minas.

GRÁFICO 1 - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL: SÃO JOÃO DEL-REI E DEMAIS MUNICÍPIOS DE SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA - 1920/2010



FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra)

Uma primeira consideração quando analisadas as trocas de população entre os municípios da região e São João del-Rei refere-se ao saldo migratório negativo observado nos dois períodos. Nos dois quinquênios analisados, como exposto na tabela 2, o município de São João del-Rei apresentou um saldo negativo de 236, de 1986/1991, e de 589, de 1995/2000. Boa parte desse crescimento das perdas registradas em São João del-Rei decorre do crescimento da emigração para os municípios que integram sua região de influência direta. Quanto às origens e destinos regionais dos fluxos migratórios, ainda que sejam pouco expressivos em decorrência direta dos baixos volumes de população residente, os resultados sugerem maior relevância nas trocas de população de São João del-Rei com a própria região de influência, sobretudo no quinquênio 1995/2000 (1.239 imigrantes e 1.354 emigrantes). Em menor intensidade, também merecem destaque as trocas que envolviam a Mesorregião Campo das Vertentes e a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ainda que em termos absolutos, os maiores volumes, sejam de emigrantes e imigrantes, procedentes e com destino aos municípios de sua própria região de influência, a maior proporção de perda ocorreu nas trocas que envolviam os municípios da Mesorregião Campo das Vertentes. No quinquênio 1995/2000, essas perdas atingiram um saldo negativo de 431 pessoas. Uma notável mudança refere-se à redução do número de emigrantes com destino à Mesorregião Oeste de Minas, que no quinquênio 1986/91 recebeu mais de 700 migrantes procedentes de São João del-Rei. No período seguinte, esse número reduziu-se para 121 emigrantes.

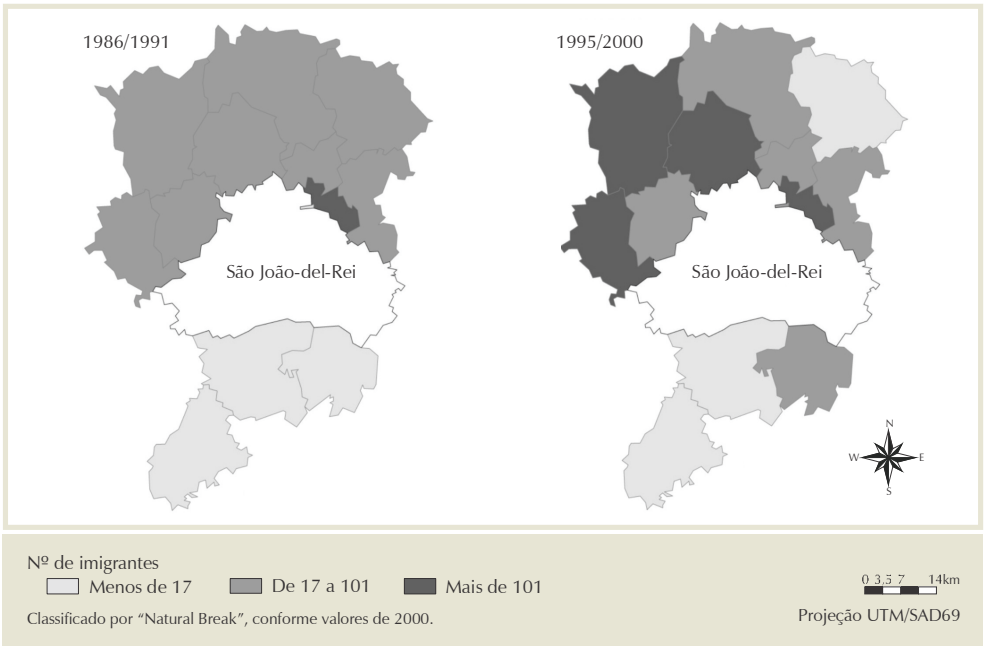
TABELA 2 - FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRAESTADUAIS: ENTRADAS E SAÍDAS DE MIGRANTES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL-REI/MG - MIGRAÇÃO DE DADA FIXA - 1986/1991 E 1995/2000

REGIÕES DE MINAS GERAIS	1986/1991			1995/2000		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
Meso Central Mineira	46	19	27	-	37	-37
Meso Jequitinhonha	34	-	34	-	-	-
Meso Noroeste de Minas	-	-	-	-	7	-7
Meso Norte de Minas	11	-	11	47	23	24
Meso Oeste Minas	132	761	-630	249	121	128
Meso Sul Sudeste de Minas	253	310	-58	185	113	73
Meso Triângulo Mineiro Alto Paranaíba	23	-	23	45	199	-154
Meso Vale do Mucuri	-	-	-	-	-	-
Meso Vale do Rio Doce	2	59	-56	13	-	13
Meso Zona da Mata	456	153	303	226	451	-225
RMBH	603	421	181	577	644	-68
Demais municípios da Meso BH	282	201	81	373	164	210
RI de São João Del-Rei	684	583	101	1.239	1.354	-115
Demais municípios da Meso Campo das Vertentes	177	430	-253	233	664	-431
TOTAL	2.703	2.938	-236	3.187	3.776	-589

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra)

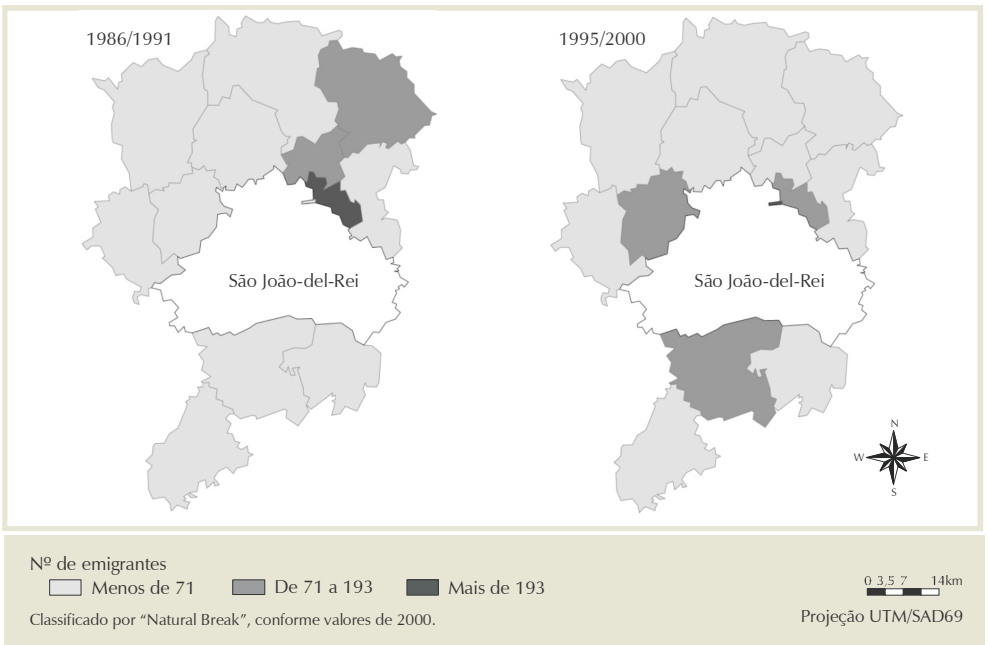
As figuras 2 e 3 permitem identificar os diferentes padrões de distribuição espacial da imigração e emigração do município de São João del-Rei em sua região de influência. Em geral, a origem da imigração com destino a São João del-Rei é geograficamente mais dispersa, com maior concentração na porção norte/noroeste da região, com destaque para os municípios de Tiradentes e Ritápolis (com menor intensidade os municípios de São Tiago e Nazareno). Por outro lado, os fluxos de emigrantes, que apresentam volumes mais expressivos, estão mais centrados nos municípios limítrofes, com forte participação de Santa Cruz de Minas (antigo distrito de Tiradentes). Apenas esse município recebeu de São João del-Rei 536 migrantes no período de 1995-2000 (esse volume representa quase 10% da população residente em Santa Cruz de Minas em 2000). Destaca-se, ainda, que de modo similar ao que ocorre nas grandes metrópoles do país, existem ainda os deslocamentos pendulares aos centros regionais e aos municípios do entorno. São João del-Rei, além de ser um centro comercial e de serviços, que atende à demanda regional da população, também tem se consolidado nos últimos anos como um importante centro de ensino e pesquisa, fruto da instalação e expansão das atividades da Universidade Federal de São João del-Rei, que tem recebido um número crescente de alunos dos municípios vizinhos e demais regiões de Minas Gerais e do Brasil.

FIGURA 2 - IMIGRANTES RESIDENTES EM SÃO JOÃO DEL-REI, PROCEDENTES DOS MUNICÍPIOS DE SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA, MIGRAÇÃO DE DATA FIXA - 1986/1991 E 1995/2000



FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000
NOTA: Dados da amostra.

FIGURA 3 - EMIGRANTES PROCEDENTES DE SÃO JOÃO DEL-REI, RESIDENTES NOS MUNICÍPIOS DE SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA, MIGRAÇÃO DE DATA FIXA - 1986/1991 E 1995/2000



FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000
NOTA: Dados da amostra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas três décadas do século passado são decisivas na análise da dinâmica demográfica brasileira. Se a progressiva queda nas taxas de fecundidade foi responsável direta pela forte desaceleração no ritmo de crescimento demográfico do país, de outro lado, as migrações internas tornaram-se fundamentais para se entender o processo de redistribuição espacial da população. A partir da década de 1970, como resultado da dinâmica migratória interna, ampliaram-se as evidências acerca da redução do peso relativo das metrópoles. Mesmo que as metrópoles e suas periferias continuem atraindo expressivos contingentes demográficos, a intensificação nos fluxos de emigrantes tem refletido diretamente o crescimento demográfico de vários núcleos urbanos fora das principais Regiões Metropolitanas brasileiras, tornando mais densa a rede de cidades em cada uma de suas regiões de Influência.

A região de influência de São João del-Rei, apesar de sua pouca expressividade em termos de estoques de população, tem sido marcada pela intensificação dos fluxos migratórios intrarregionais. Ainda que os nexos com as demais regiões do Estado não tenham sido ampliados, as trocas de população entre os municípios da própria região de influência têm consolidado o papel de São João del-Rei como polo regional. Ao mesmo tempo, a dinâmica migratória interna indica o fortalecimento das relações entre São João del-Rei e os municípios de pequeno porte da região.

O recorte espacial oferecido pelas regiões de influência das cidades, proposto pelo IBGE, ainda que possa ser criticado e contestado em relação aos conceitos e elementos metodológicos utilizados, permite uma análise diferenciada das tradicionais abordagens desenvolvidas pela economia, notadamente para a geografia da população e os estudos sobre migrações, de se explorarem as bases de dados extraídas de fontes como o Censo Demográfico, já recorrentemente utilizado pela demografia. Essa possibilidade ganha relevância tendo em vista a aproximação do Censo de 2010. Novas evidências podem ser trazidas à luz, confirmando ou não determinadas tendências ou indícios observados neste trabalho, que reúne evidências empíricas relativas às duas últimas décadas do século passado.

REFERÊNCIAS

BRITO, Fausto. Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Brasília. **Anais**... Brasília: ABEP, 1996. v.2, p.771-788.

CARVALHO, José Magno de; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1., 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES: FNUAP, 1998. p.211-227.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v.57, n.1, p.83-102, jan./mar.1995.

DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro: Associação de Geografia Teorética, v.10, n.20, p.5-32, 1980.

GUIMARÃES, Betania Maria Monteiro *et al*. (Org.). **História das Vertentes**. São João Del-Rei: UFSJ, 2008.

IBGE. **Região de influência das cidades**: 2007. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. **Cidades @**. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 17 abr. de 2011.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, Helio A. de. (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980. p.89-114.

LOBO, Carlos F. Ferreira. **Dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. Dispersão espacial da população e do emprego formal nas regiões de influência do Brasil contemporâneo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo: EDUC, v.12, n.24, p.309-330, jul./dez. 2010.

LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo: ABEP, v.28, n.1, p.81-101, jan./jun. 2011.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v.57, n.4, p.65-92, out./dez. 1995.

MARTINE, George. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para discussão, 329).

MATOS, Ralfo. (Org.). **Espacialidades em rede**: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MATOS, Ralfo. **Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte**. 1995. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995a.

MATOS, Ralfo. Migração e desconcentração demográfica nas principais áreas de atração populacional de Minas Gerais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 1998. v.1, p.713-728.

MATOS, Ralfo. O Brasil dividido e a rede urbana fracionada. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte: IGC/UFMG, v.1, n.1, p.1-51, 2003.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo: ABEP, v.12, n.1/2, p.35-58, jan./dez. 1995b.

MATOS, Ralfo.; BRAGA, Fernando Gomes. Migração e Rede Urbana: procedências e inserção ocupacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1.; 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES: FNUAP, 1998. p.445-462.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. Leis da migração. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980. p.21-88.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: HUCITEC, 1973.

UNITED NATIONS. **Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses**. Ver. 2. New York: United Nations, 2008. (Statistical papers, Series M, 67/rev.2).